# ENSINO DE GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: O ENSINO COMO PRODUTO E O REDUCIONISMO DO SABER

Igor Soares Cruz [1]
Ricardo Abrate Luigi Junior [2]

## INTRODUÇÃO

O Espaço Geográfico dispõe de diversos rearranjos espaciais, pois ele é apenas o ponto de partida da produção/interferência humana no globo terrestre. Assim, tem-se esse conceito como fundamental para compreender o que é paisagem, território, lugar e os demais conceitos estudados em Geografia. Logo, parte do pressuposto de que há um conceito de análise sócio-espacial o qual nos permite identificar como esse espaço se comporta desde suas interações homem-homem ou homem-meio.

Souza (2016), levanta a questão desses conceitos, bem como, da organização espacial e da produção do espaço que estão intimamente ligados ao Espaço Geográfico e a transformação sócio-espacial, que, consequentemente, entende-se que esses seriam a compreensão de como as interações produzem significados para os espaços de estudo.

Ainda ressalta-se que a Geografia, por diversas vezes, reduz sua análise espacial sobre o Espaço Geográfico a modificação da superfície terrestre, essas, produzidas pelo trabalho social, sendo sedimentado em diferentes camadas durante o processo histórico humano, que precisa-se também considerar que é dialético, ou seja, como Marx (2013) constrói em seu método materialismo histórico dialético. Esse último, por sua vez, possibilita uma forma de compreensão das questões socioespaciais já que não é apenas um produto inerte, mas sim, dinâmico, um fenômeno de observação em constante movimento.

Nesse contexto, a pesquisa visa compreender e discutir a interação Ensino de Geografia, Educação e Neoliberalismo que se correlacionam, formando o que vem sendo disponibilizado em sala de aula nas instituições de ensino. Para isso, a pesquisa

[1] Mestrando do curso do Programa de Pós-Graduação Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, igor_cruz@id.uff.br;
[2] Doutor em Geografia pelo Curso de Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP,ricardoluigi@id.uff.br.

utiliza como referencial teórico os autores Paulo Freire, István Mészáros, Wendy Brown, Roberto Lobato Corrêa, Tim Unwin, Helena Copetti Callai, Jamie Peck. Estes autores analisam as temáticas propostas aqui e demonstram a relação dos saberes de outras disciplinas e o saber geográfico na construção do educando.

A metodologia de pesquisa utilizada do presente trabalho se desenvolve na perspectiva de levantamento bibliográfico, visando compreender o processo de neoliberalismo na educação, especificamente, na Geografia, ressaltando-se as mudanças no currículo mínimo para área de Geografia. Desse modo, observa-se que há um reducionismo no currículo relacionado às ciências humanas e isso afeta no desenvolvimento crítico dos sujeitos, bem como, sua autonomia e emancipação, ou seja, uma educação libertária como defende Freire (2003), em sua obra Pedagogia da autonomia.

Segundo Reis, Pinheiro e Ferreira (2023), as ações desenvolvidas através das políticas neoliberais aparentam promover a igualdade de oportunidades, mas acabam por ter um viés de favorecimento das classes possuidoras de recursos e capital. Os autores também alertam para essa aparência de direitos atendidos, no qual, quem não possui os mesmos recursos ou as mesmas habilidades ficam desfavorecidos, assim, não havendo equidade no ensino.

Neste cenário, compreende-se que o Neoliberalismo na educação visa a produção de mão de obra e não o aprendizado crítico e de qualidade nas instituições de ensino, levando a importância dos dados de aprovação em contraposição ao sucesso no processo da qualidade do ensino, respeito à diversidade e individualidades apresentadas nas instituições de ensino.

Portanto, a presente pesquisa se justifica uma vez que a Geografia na Educação, auxilia o educando na compreensão das interações sociais no espaço, bem como, os impactos ao ambiente que acarretam. O indivíduo compreende ainda que é ou deveria ser ator na construção social, entendendo o espaço onde vive do nível local até o global de forma crítica e emancipatória. Desse modo, é fundamental refletir os impactos do neoliberalismo e, consequentemente, do reducionismo do saber e sobre como o ensino passa a ser um produto nesse contexto.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia desenvolvida no presente estudo constitui-se a partir do levantamento bibliográfico, buscando compreender o processo de neoliberalismo na educação, principalmente, no que se refere a Geografia e o impacto do neoliberalismo nesse cenário, portanto, os autores utilizados foram selecionados para promover uma discussão sobre a temática estudada. Desse modo, a reflexão dos distintos autores corroboram para uma melhor reflexão da temática, pensando assim, ser o primeiro passo para se pensar em proposições futuras sobre o tema analisado.

A partir disso, o estudo aqui apresentado utiliza autores como, Paulo Freire, István Mészáros, Wendy Brown, Roberto Lobato Corrêa, Tim Unwin, Helena Copetti Callai, Jamie Peck. Dessa forma, além de refletir sobre os conceitos que a pesquisa abarca, o estudo ainda pode servir para pensar caminhos possíveis a partir da apresentação das problemáticas que envolvem o neoliberalismo e as suas consequências para a educação.

Nesse sentido, autores como Paulo Freire, em sua obra a "Pedagogia da Autonomia" (2003), apresenta alguns caminhos possíveis para se pensar em uma educação crítica, que não é dado e tampouco neutra, buscando a partir do conhecimento oferecer condições para que o educando seja autônomo, e, por conseguinte, possa transformar a sua realidade. Sendo assim, isso que o autor propõe chama-se de Educação Libertária.

Nessa perspectiva, a primeira etapa para realização da pesquisa apresenta-se como o levantamento bibliográfico dos autores supracitado e, posteriormente, realiza-se fichamentos pensando no texto final, produzido para apresentação do XII CONEDU - Congresso Nacional de Educação, além de fazer parte de um estudo maior realizado para o Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Federal Fluminense, Polo Campos dos Goytacazes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia possui conceitos que buscam o entendimento do Espaço Geográfico. Segundo Corrêa (2014, p.16), a Geografia é um campo relacionado ao estudo da sociedade, no qual, a ação humana se torna modeladora da superfície terrestre, sendo os conceitos-chave de pesquisa desta ciência "paisagem, região, espaço, lugar e território" (CORRÊA, 2014, p.16). A Geografia é relevante no âmbito social,

principalmente quando levanta-se o questionamento sobre a sociedade. Unwin (1992), diz que:

> O conhecimento geográfico não existe por conta própria, mas é um produto das sociedades. Portanto, é muito útil distinguir entre geografias oficiais e não oficial. Enquanto os indivíduos podem criar sua própria geografia não oficial, o oficial aceitaria e coletava como tal pela sociedade cujo seio ocorreu. (UNWIN, 1992, p. 76).

A Geografia apresenta essa flexibilidade social, na qual a sociedade constrói e concebe o que é Geografia. Mas é importante se atentar para a produção do senso comum e a produção científica que apresentam-se de formas diferentes quando postas frente a metodologias. Assim, a Geografia na Educação Básica, é uma disciplina que auxilia o educando na compreensão das interações sociais no espaço, bem como, os impactos ao ambiente que acarretam. O indivíduo compreende também que é ator na construção social, compreendendo o espaço onde vive do nível local até o global de forma crítica e emancipatória.

Nesse cenário geográfico, que envolve múltiplas escalas quando falamos sobre o Ensino de Geografia, se torna explícita a influência neoliberal dentro do ensino, o qual vem cada vez mais se mesclando no dia a dia das escolas. Na leitura de Mészáros (2008), observa-se o apontamento para as interferências do neoliberalismo, que gera cortes dos recursos dos orçamentos públicos, como, por exemplo, na educação.

Segundo o autor, a educação voltada para a lógica capitalista geraria uma perspectiva mercantilista tendenciosa para a criação de mão de obra e não de uma educação voltada para a libertação e aprendizado, para o crescimento social focado em um ensino de qualidade para todas as classes sociais. Portanto, criando indivíduos de acordo com as demandas e necessidades do mercado, e não uma educação de ensino, mas sim, de transmissão de conteúdo.

Pode-se questionar sobre o “explicar” e o “entender”, porque dentro da lógica da transmissão de conteúdo levanta-se às questões da Geografia no ensino, as quais, muitas vezes é tratada como disciplina enciclopédica, de memorização e não uma disciplina voltada ao pensamento crítico sobre a nossa sociedade para o entendimento social dos educandos. Mészáros (2008, p. 49), aponta para a exclusão da maioria da sociedade devido ao ensino voltado para o capital, no qual diz,

> Simultaneamente, ela exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como sujeito, e condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como objetos (e manipulados no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: “meritocrática”, “tecnocrática”, “empresarial”, ou o que quer que seja (MÉSZAROS, 2008, p. 49).

Portanto, esse ensino visa a perpetuação da pobreza e a contínua ascensão das classes mais altas. Segundo Reis, Pinheiro e Ferreira (2023), as ações desenvolvidas através das políticas neoliberais aparentam promover a igualdade de oportunidades, mas acabam por ter um viés de favorecimento das classes possuidoras de recursos e capital. Os autores também alertam para essa aparência de direitos atendidos, no qual, quem não possui os mesmos recursos ou as mesmas habilidades ficam desfavorecidos, assim, não havendo equidade no ensino.

Sobre o Neoliberalismo, Brown (2018), ressalta:

> O neoliberalismo é tanto um modo específico de racionalidade, quanto uma produção de sujeitos, uma “condução de condutas” e um esquema valorativo. Ele dá nome a reações políticas e econômicas historicamente situadas contra o keynesianismo e o socialismo democrático, assim como à prática mais generalizada de transformar em econômicas as esferas e atividades até então governadas por outras ordens de valor. Contudo, em suas diferentes encarnações em países, regiões e setores, em suas diferentes interseções com culturas existentes e tradições políticas, e, acima de tudo, em suas convergências e absorções de outros discursos e desenvolvimentos, o neoliberalismo toma formas diferentes e cria conteúdos e detalhes normativos diversos, diferentes idiomas. É globalmente onipresente, porém desunificado e desidêntico a si mesmo, no espaço como no tempo (Brown, 2018, p. 13 – 14).

Nesse cenário, compreende-se que o Neoliberalismo na educação visa a produção de mão de obra e não o aprendizado crítico e de qualidade nas instituições de ensino, levando a importância dos dados de aprovação em contraposição ao sucesso no processo da qualidade do ensino, respeito à diversidade e individualidades apresentadas nas instituições de ensino.

Posto isso, atenta-se para o tipo de ensino oferecido no Brasil, o qual advém de uma lógica neoliberal e que isto implica em desigualdade, seguindo uma coerência produtivista e não de produção do pensamento crítico e emancipatório dos educandos, como ressalta Freire (2003). E nesse contexto a Geografia também precisa ser debatida, como contribui Callai (2013):

> Considera-se, então, a Geografia escolar um conhecimento significativo para a vida dos sujeitos que aprendem a pensar o espaço. Para tanto, é necessário que a criança aprenda a ler o espaço, de modo que ela possa perceber e se reconhecer em seu espaço vivido. Esta leitura traz em si uma série de condições que podem ser expressas pela importância da realização de uma alfabetização cartográfica, e para tanto é preciso saber olhar, observar, descrever, registrar e analisar o espaço. A alfabetização cartográfica diz respeito a aprender a operar com signos que expressam significados, que permitem, por sua vez, a leitura do mundo por meio da leitura do mapa. O mapa é, então, mais uma ferramenta para a leitura do mundo (Callai, 2013, p.27).

Nesse sentido, a Geografia tem importantes contribuições no que tange o pensamento crítico, principalmente, no que diz respeito às vivências, experiências, pertencimento, em suma, nas relações homem-meio e na relação homem-homem vividas pelos educandos, no seu dia a dia, até a nível global. Ainda vale ressaltar que quando refere-se ao Ensino de Geografia, enfatiza-se um currículo que vem de uma lógica de um cenário globalizado, modificado através das políticas neoliberais, portanto, considera-se que essa vem perdendo o seu espaço no currículo ao longo do passar dos anos no Ensino Médio, em contraponto a disciplinas como português e matemática. Assim, visando a tentativa de diminuir a importância da disciplina de Geografia como disciplina no currículo escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Brown (2018), tem em seus estudos o neoliberalismo como principal foco, assim, são suscitadas as questões que esse tipo de sistema causa. Afirma que o Neoliberalismo é ligado ao Estado, a empresa e demais meios que a sociedade precisa para se manter.

> Delegar também significa que problemas de larga escala, como recessões, crises do capital financeiro, desemprego e degradação ambiental, assim como crises fiscais do Estado, são canalizados para unidades pequenas, fracas, totalmente incapazes de lidar com eles, técnica, política ou financeiramente. O Estado desinveste em educação e saúde mental; os cortes são repassados às localidades; as localidades os repassam a escolas ou instituições que, por sua vez, os repassam para departamentos e gerentes. Estes, enfim, investidos da chamada "autoridade decisória", não têm, é claro, os recursos para exercer essa autonomia e essa soberania fantasmagóricas, essa falsa liberdade de escolha (Brown, 2018, p. 36).

Assim, a autora entra com a ideia de cidadania sacrificial (que são também o capital humano), esses indivíduos são expostos a um sacrifício em busca de um bem social, que cada um alcançaria com muito trabalho.

> A responsabilização é a sobrecarga moral, posta sobre o elemento mais fraco no fim da linha, de ter que discernir e seguir corretamente as estratégias de valorização do capital humano. A responsabilização converte, discursiva e eticamente, o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais e o consumidor naquele cujo dever moral é buscar o auto investimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado. Enquanto discursivamente denigre a dependência e praticamente nega o provisionamento coletivo para a existência, a responsabilização solicita o indivíduo como único ator relevante e completamente imputável. Mais uma vez, a governança neoliberal – com sua ênfase no consenso, na antipolítica e na integração de esforços individualizados a fins harmônicos – facilita tanto a prática como a legitimidade da responsabilização. Como argumenta Ronen Shamir, "assim como a obediência foi a chave mestra prática das burocracias hierarquizadas, a responsabilidade é a chave mestra prática da governança (Brown, 2018, p. 37 – 38).

Porém, a falta do Estado servindo a pelo menos alguns serviços básicos de qualidade como saúde e educação não permite que esse indivíduo sacrificial obtenha sucesso ou ao menos uma carga menor de sacrifício (como trabalhar horas extras, por exemplo).

> A atual economicização neoliberal da vida política e social se distingue por uma produção discursiva que converte toda pessoa em capital humano – de si mesma, das empresas e de uma constelação econômica nacional ou pós-nacional, como a União Europeia. Consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o "si mesmo" uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à nação da qual se é membro (Brown, 2018, p. 6).

A autora exemplifica as causas do neoliberalismo nas sociedades atuais, bem como, sobre o indivíduo que é denominado como cidadão sacrificial, pois é aquele que se sacrifica a qualquer custo para manter o sistema neoliberal em funcionamento mesmo que seja pagando a conta por crises e demais questões.

> Revela-se então uma lógica que combina um pensamento simplificador sobre o capital humano de empresas de sucesso com um discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado, um sacrifício necessário à saúde e à sobrevivência do todo. Sacrifício moralizado que resolve artificiosamente

> o paradoxo da conduta não recompensada, prescrita de maneira normativa pelo neoliberalismo (Brown, 2018, p. 9).

Assim, falar sobre o capital humano e o que ele oferece a sociedade entra também em pauta, pois o indivíduo sacrificial é quem detêm o capital humano. Ainda ressalta:

> Por meio desse binômio atuação-culpabilização, indivíduos são duplamente responsabilizados: espera-se que cuidem de si mesmos (e são culpabilizados por seu próprio fracasso em prosperar) e do bem-estar econômico (e são culpabilizados pelo fracasso da economia em prosperar) (Brown, 2018, p. 40).

Já o conceito de política de austeridade é explanado mostrando essa crise existencial no sistema que leva o capital humano sacrificial a lutar pela melhora dos sintomas negativos causados pelo próprio sistema. A autora pontua a questão da educação nas universidades e a precarização que vem ocorrendo nas mesmas, o que escancara essa visão neoliberal sobre a educação.

Por fim, é de interesse fazer um paralelo entre Brown (2018) e Peck (2004), o qual ambos demonstram que há participação do Estado, pois ainda é existente, porém mais esvaziado de suas funções, assim, observa-se como a falta de um Estado autônomo vai se perdendo na lógica mercadológica imposta pelo Neoliberalismo.

> No lugar da promessa do contrato social, de que o corpo político protegeria o indivíduo contra os perigos externos e internos que ameaçam sua vida, indivíduos agora podem ser legitimamente sacrificados pelo todo, esse "todo" podendo significar qualquer coisa, a sustentabilidade tanto de uma empresa particular quanto de uma economia nacional ou pós-nacional. À medida que pensões são cortadas para balancear orçamentos, que aos trabalhadores são dadas férias compulsórias, congelamentos salariais ou cortes em horas e benefícios, que escolas declinam e serviços sociais encolhem e são privatizados, o contrato social clássico é virado do avesso. Em lugar de receber segurança ou ser protegido, o cidadão responsabilizado tolera a privação, a insegurança e a extrema exposição para manter a produtividade, o crescimento, a estabilidade fiscal, as taxas de crédito ou a influência mercantil de uma empresa ou nação (ou, de novo, da nação concebida como empresa) (Brown, 2018, p. 41).

Peck (2004), afirma que o Estado age como um regulador para o Neoliberalismo, mas promovendo Estado mínimo gerando uma reestruturação e regularização das capacidades do Estado invés da sua erosão. Logo, decorre a

naturalização da globalização e os mercados como forças externas, portanto, equiparando a um processo de retirada do Estado assistido pelo mercado.

Partindo desse contexto e buscando dialogar com a questão da Geografia e educação, ressalta-se, inicialmente, um breve histórico da palavra educação, que passou por transformações ao longo do tempo, demonstrando uma complexidade conceitual e de abrangência. A etimologia da palavra educação vem de “educatio” (século XVII), “cujo significado remete à noção de ação, de criar e/ou nutrir, caracterizando-se como um ato e/ou processo” (Luigi *et al*., 2023, p. 218).

Já a palavra “educare”, o principal sentido está relacionado especialmente ao ato de nutrir. Posteriormente, o conceito de educação foi associado ainda com a palavra “educere”, possuindo sua definição relacionada ao ato de conduzir.

Desse modo, além dos significados atribuídos à palavra educação, os autores enfatizam que essa também está relacionada em um sentido plural, já que são muitas as concepções de educação. Portanto, possuindo distintos valores segundo grupos sociais e a depender das diversas áreas educativas, bem como, fomentando um exercício enquanto as potencialidades dos sujeitos. Nesse contexto, Brandão (2017), Luigi *et al.* (2023) aponta que a educação deve ser entendida como uma atividade criada “cujo objetivo é promover no indivíduo o exercício das suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais” (Luigi *et al*., 2023, p. 218 e 219).

Ou seja, é mais ampla, não deve ser restrita apenas à ideia de instrução ou até mesmo de ensino, pois é mais ampla. Pensando nisso, o trabalho se propõe a pensar essa questão, principalmente, no que tange às ideias de Freire (1996) e Brandão (2017), a partir de uma noção emancipatória e crítica, entendendo que os campos aqui debatidos não são neutros, mas sim, abarcam dimensões que perpassam por disputas de poder.

Pensando nesse debate, as singularidades apresentadas tanto no conceito de “Ensino de Geografia” como “Educação Geográfica”, podem ser analisadas, sobretudo, com reflexões de diversos autores como a seguir, possibilitando um diálogo para pensar a temática.

No que tange ao Ensino de Geografia, Cavalcanti (2013) fala sobre a questão da implantação das práticas pedagógicas da Geografia e que partia de um viés nacionalista patriótico. Entende-se que a Geografia se ramifica e se desenvolve em diferentes frentes, como as apresentadas no presente trabalho.

Tem-se então, a Geografia Acadêmica voltada ao estudos mais aplicados em cada disciplina, também tem-se ainda a Geografia Escolar, que segundo Callai (2013), se traduz-se a um livro, pois fica com a parte curricular e educacional da Geografia e, por fim, tem-se o Ensino de Geografia que é o fazer a prática escolar sendo feita. Assim, Cavalcanti (2013), afirma:

> No contexto dessas transformações gerais da sociedade e de sua dinâmica espacial, insere-se o ensino de Geografia. A história da Geografia como disciplina escolar tem início no século passado, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação dos cidadãos a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico (Cavalcanti, 2013, p. 18).

Assim, para *Luigi et al.* (2023), o termo "Ensino de Geografia" associa-se ao processo de transmissão de conhecimentos na educação superior e na educação básica. E para diferenciar esse aspecto chama-se "geografia escolar" o saber produzido na realidade escolar. Para Luigi et al. (2023), uma singularidade da Educação Geográfica é a possibilidade de "ampliação das perspectivas da geografia para além dos contextos conhecidos do ensino de geografia e da geografia escolar" (Luigi *et al.*, 2023, p. 217).

Portanto, de acordo com os autores, a Educação Geográfica deveria promover a interpretação do espaço e a promoção da conscientização sobre o papel do sujeito no espaço geográfico, uma vez que se encontra inserido no mesmo.

Partindo dessa ideia, entende-se que, assim como ressalta Cavalcanti (2013), a Geografia como ciência parte de um corpo de teorias, conceitos e métodos constituídos segundo seu objeto de investigação. Já no que se refere à disciplina escolar de Geografia, está relacionada ao conjunto de saberes da Geografia, bem como, de outras, relacionadas ao ensino fundamental e médio, tais como Astronomia, Economia e Geologia.

Desse modo, a Educação Geográfica, como expressa por Callai (2013), tem um caráter crítico de como realizar o ensino de Geografia, unindo, portanto, o pensamento de como fazer um conteúdo específico curricular de determinada disciplina ao pensamento de uma ciência, procurando, ainda, abarcar a compreensão de sociedade sob ótica de uma análise espacial, no caso da Geografia, assim:

> O entrelaçamento do discurso da ciência, do discurso da Geografia escolar e a dimensão pedagógica que está neles embutido permite o encaminhamento da educação geográfica. A tarefa de fazer a educação geográfica supõe

> desenvolver o pensamento espacial e trabalhar com os conceitos de modo que eles sejam significativos para desencadear aprendizagens (Callai, 2013, p. 18).

Nesse contexto, de acordo com Cavalcanti (2013), o conceito de Educação Geográfica está relacionado à ideia de desenvolver na escola, a partir da disciplina Geografia, um raciocínio geográfico, ou seja,

> (...) um conjunto de competências geográficas (Bednarz e Kemp, 2022, p. 21), que podemos denominar de várias formas, tais como alfabetização geográfica ou letramento geográfico (Castellar e Vilhena, 2010, p. 23), dentre outras definições possíveis (Cavalcanti, 2013).

Dessa forma, pensar a Educação Geográfica é compreender que essa exerce um papel norteador na construção do conhecimento dentro de sala de aula, pois busca acrescer as particularidades das investigações da Geografia, assim, propondo uma disciplina mais crítica no que se refere às individualidades e potencialidades dos sujeitos transformadores de sua realidade. Partindo dessa ideia, a BNCC também corrobora para refletir essa questão, uma vez que pontua o estudar Geografia, como enfatizado no texto a seguir, que vai de encontro com a proposta da Educação Geográfica:

> Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (Brasil, 2018, p. 359).

Nesse sentido, a Educação Geográfica também pode ser pensada, para Duarte (2016), de forma mais ampla, procurando fomentar um leque de competências relacionados à capacidade de compreender, projetar e interferir sobre as distintas perspectivas acerca da espacialidade dos fenômenos sociais. Além disso, o trabalho ainda abarca esses aspectos considerados anteriormente, ressaltando, portanto, os “(...)

conteúdos culturais, as relações entre a ação social e a dinâmica natural em cada momento" (Duarte, 2016, p. 44).

Portanto, a pesquisa se propõe a refletir essas questões pretendendo discutir uma educação plural, contexto que contempla a Educação Geográfica, se diferenciando, como já supracitado, de termos correlatos como o ensino de geografia ou ainda a educação escolar, corroborando ainda com as ideias de Luigi *et al.* (2023) de que a "educação não pode ser vista de forma reducionista, como o sinônimo de um modelo de ensino utilitarista, preocupado apenas com a transmissão de conteúdo" (Luigi *et al.*, 2023, p. 217).

A Educação Geográfica se relaciona diretamente com a Educação, pois suas raízes estão: "fortemente fundamentadas nas ciências da educação, e, em particular, nas teorias da aprendizagem" (Duarte, 2016, p. 44). Desse modo, procura-se enfatizar a seleção de conteúdos, contendo raízes na produção da ciência geográfica, compreendendo ainda, a sua transposição para o ensino considerando conceitos, habilidades e competências definidos pela pesquisa nesse campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ressalta-se que a pesquisa corrobora com o pensamento de que o indivíduo compreende que é sujeito na construção social, portanto, compreendendo o espaço onde vive do nível local até o global de forma crítica e emancipatória, a fim de promover uma educação libertária, como defendida por Paulo Freire (1996).

Nesse âmbito, compreender o conceito de Educação Geográfica perante ao presente estudo, justifica-se a partir do entendimento de que esse melhor se adequa às demandas dos sujeitos enquanto cidadãos inseridos na sociedade em que vivem, fazendo com que o processo crítico e, principalmente, emancipatório dos educandos seja pleno enquanto indivíduos capazes de transformar a sua realidade. Além disso, alterar a perspectiva de como os sujeitos se percebem e se colocam no mundo.

> O grande desafio da Geografia escolar para a compreensão do mundo é, portanto, como fazer a leitura do lugar, como compreender o contexto em que se insere a escola, como entender o dia a dia da vida das pessoas que ali vivem. E isso permite compreender como o conhecimento cotidiano pode se constituir em referência para o conhecimento escolar (Callai, 2013, p.34).

Assim, como ressalta Unwin (1992), “O mundo científico e acadêmico não existe independentemente do contexto humano e, portanto, é essencial examinar a estrutura intelectual e social na qual uma disciplina surge” (Unwin, 1992). Portanto, a discussão, pretendida no presente trabalho, buscou trazer alguns apontamentos capazes de enfatizar o contexto atual que envolve o neoliberalismo na educação, possibilitando refletir, principalmente, a temática.

E, sendo assim, considera-se ainda que a produção acadêmica e científica tem o papel de trazer esse debate também como um exercício contínuo para examinar essas estruturas intelectuais e sociais, entendendo que a realidade é permeada de relações de poder, portanto, não é neutra e tampouco não é dada, como pensada inicialmente a partir do senso comum.

## REFERÊNCIAS


BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial:** neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia.** O professor. Ijuí: Unijuí, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRASIL. (2018). Ministério da Educação. **Base Curricular Nacional Comum.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC-EI-EF-110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 08 de junho de 2026.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola E Construção de Conhecimentos**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2013.

DUARTE, R. G. **Educação Geográfica, Cartografia Escolar e Pensamento Espacial no segundo segmento do ensino fundamental**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 26.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

Peck, J. **Geography and public policy:** constructions of neoliberalism. Progress in Human Geography 2 8,3 (2004) p. 392 -405.

LUIGI, Ricardo; MENDONÇA, Paula Ramos. Educação geográfica, cidadania e resistência. In: SANTOS, Leandro Bruno *et al*. **CONSTRUINDO TERRITÓRIOS**: projetos de dominação e resistência dos povos do sul global. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 217-229.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política — Livro 1: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; PINHEIRO, Veralúcia; FERREIRA, Cleonice Bicudo da Rocha. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL:** discursos e intencionalidade a partir da lógica do mercado. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais, Iporá, v. 12, n. 2, p. 1-18, 15 jul. 2024. Disponível em: file:///C:/Users/Igor/Downloads/Reis%3B+Pinheiro+e+Ferreira+(2023)%20(1).pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

UNWIN, Tim. **El lugar de la geografía.** Madrid: Cátedra, 1992. 171 p.